Parâmetro Valor Maiores Entradas Comercialização ou Industrialização Exceção (UPPPA)	25.000.000,00
Parâmetro Valor Compras para Ativo Imobilizado ou Uso/Consumo Regra Geral (UPPPA)	3.000.000,00
Parâmetro Valor Compras para Ativo Imobilizado ou Uso/Consumo Exceção (UPPPA)	1.000.000,00
Parâmetro Valor Mínimo Arrecadação ICMS Regra Geral (UPPPA)	130.000,00
Parâmetro Valor Mínimo Arrecadação ICMS Segmentos de Exceção (UPPPA)	40.000,00
Parâmetro Valor Mínimo Maiores Arrecadação ICMS Exceção (UPPPA)	240.000,00
Parâmetro Valor Mínimo Maiores Arrecadação ICMS Diversas Regionais (UPPPA)	160.000,00
Parâmetro Quantidade Mínima de Diversas Regionais	4
Parâmetro Período Mínimo de Atividade com Movimento Regra Geral (meses)	12
Parâmetro Período Mínimo de Atividade com Movimento Exceção (meses)	3
Parâmetro Percentual (%) Considerado como Preponderantemente Exportador	80,00%
Parâmetro Considerar Transferências Tributadas no Faturamento	Sim

Protocolo: 833718**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO**

A Secretaria Geral torna público a data de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer por meio de videoconferência, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 04/08/2022, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 17986, AINF n.º 042016510003521-8, contribuinte J J PEDROSO DA SILVA, Insc. Estadual n.º. 15209549-7

Em 04/08/2022, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 17832, AINF n.º 032014510001390-9, contribuinte JBS S/A, Insc. Estadual n.º. 15308331-0, advogado: INDIRA GANDHI DA SILVA LIMA, OAB/PA-18282,

Em 04/08/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTARIO n.º 17834, AINF n.º 032014510001390-9, contribuinte JBS S/A, Insc. Estadual n.º. 15308331-0, advogado: INDIRA GANDHI DA SILVA LIMA, OAB/PA-18282,

Em 04/08/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19762, AINF n.º 372020510000126-9, contribuinte COURO DO NORTE LTDA, Insc. Estadual n.º. 15101029-3

ACÓRDÃO PLENO

ACÓRDÃO N. 803 – PLENO. RECURSO N. 337 – DE RECONSIDERAÇÃO (AINF N. 072015510001158-4). CONSELHEIRO RELATOR: BRUNO TORRES DE SOUZA. EMENTA: ICMS. CONTADOR ELETRÔNICO DE ABATE. BENEFÍCIO FISCAL DE CRÉDITO PRESUMIDO. OPERAÇÃO SOCIETÁRIA DE INCORPORAÇÃO. 1. A operação societária de incorporação de pessoa jurídica/contribuinte que possuía Contador Eletrônico de Abate e autorização de uso importa em aquisição do equipamento sem, no entanto, transferir automaticamente o ato administrativo de autorização à incorporadora que, para usar o equipamento adquirido e gozar dos benefícios fiscais a ele atrelados, deve efetuar pedido ao órgão responsável da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará – SEFA/PA, nos termos da legislação tributária estadual (RICMS-PA). 2. Tratando-se de benefício fiscal de crédito presumido com exigência legal do cumprimento de requisitos, só se admite a utilização desse benefício a partir da data da concessão. Inadmissível a retroatividade do gozo à data do protocolo do pedido. 3. As saídas internas de gado bovino, destinado ao abate em estabelecimentos que não possuam controle de abate por meio de contadores eletrônicos, estão sujeitas a uma carga tributária equivalente a 3%. 4. Deixar de recolher o imposto por ter se apropriado indevidamente de crédito presumido constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Votos contrários dos Conselheiros Bernardo de Paula Lobo, Nelson Paulo Simões Nasser e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento, e do Conselheiro Marcos Augusto Catharin, pelo improvimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 24/06/2022.

ACÓRDÃO N. 802 – PLENO. RECURSO N. 5859 – DE REVISÃO (AINF N. 032014510001477-8). CONSELHEIRO RELATOR: BERNARDO DE PAULA LOBO. EMENTA: ICMS. DECADÊNCIA PARCIAL CONFIGURADA. 1. Nos tributos sujeitos ao regime de lançamento por homologação, havendo pagamento parcial antecipado, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. 2. Deve ser mantida a decisão em segunda instância que manteve o julgamento singular que declarou a decadência do crédito tributário. 3. Recurso improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Votos contrários: dos Conselheiros Bruno Torres de Souza, Carlos Alberto Carvalho Cardoso e Emilio Carlos Vieira de Barros, pelo provimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 24/06/2022.

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

ACÓRDÃO N. 8503 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18830 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 102020510000035-0). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. USO ANTECIPADO DE CRÉDITO FISCAL. ERRO DE TIPIFICAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Escorreita a decisão de Primeira Instância que declara improcedência do crédito tributário objeto do AINF, quando a ocorrência não se coaduna com a situação fática.

2. A ocorrência de uso antecipado de crédito fiscal não se confunde com o uso indevido de crédito fiscal, uma vez que a primeira se antecipa um crédito lícito, e a segunda se escritura um crédito ilícito. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/07/2022.

ACÓRDÃO N. 8502 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15539 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510000141-2). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. SUCATAS. EXPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. 1. Nas operações com sucatas o pagamento do ICMS é diferido para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria para o exterior, conforme preceitua o art. 719, I, do RICMS/PA. 2. A base de cálculo do imposto diferido é o valor da operação de aquisição de sucata em mercado interno, sendo vedada a utilização do valor da exportação por não representar a regra matriz de incidência tributária. 3. Deve ser julgado improcedente o Auto de Infração que utiliza base de cálculo de exportação para fins de lançamento de ofício do imposto anteriormente diferido. 4. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto contrário: Conselheiro Guilherme Fonseca de Oliveira Mello que votou pelo conhecimento e parcial provimento. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/07/2022.

ACÓRDÃO N. 8501 – 1ª CPJ. RECURSO N. 19235 – DE OFÍCIO – PROC. N. 092014510000612-2. CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. NÃO RECOLHIMENTO. SAÍDAS DE MERCADORIAS DISSIMULADAS POR SUPRIMENTO INDEVIDO DE CAIXA. INSUFICIÊNCIA DE PROVA. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. 1. A prova é elemento imprescindível para a constituição do crédito tributário. 2. A ausência da devida dilação probatória atenta contra a própria materialidade da infração e repercute na existência do AINF. 3. Correta a decisão singular que reconhece a improcedência do AINF quando a fiscalização não instrui o processo com a documentação necessária à comprovação da infração imputada ao sujeito passivo. 4. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/07/2022.

ACÓRDÃO N. 8500 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18937 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006581-0).

ACÓRDÃO N. 8499 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18936 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006582-8). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. DIFAL. MERCADORIA DESTINADA AO ATIVO PERMANENTE. 1. Deixar de recolher o ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas incidente nas aquisições, em operação interestadual de bens destinados à integração ao ativo permanente do estabelecimento constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais 2. Os benefícios fiscais ficam condicionados à expressa anuência do Secretário de Estado da Fazenda, bem como a observância de requisitos formais e procedimentais, conforme IN nº 08/2013 e art. 176, I, do Anexo I do RICMS/PA. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 11/07/2022.

ACÓRDÃO N. 8498 – 1ª CPJ. RECURSO N. 19030 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252020730000782-8). CONSELHEIRO RELATOR: BERNARDO DE PAULA LOBO. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. RECEITA BRUTA GLOBAL SUPERIOR AO LIMITE LEGAL. IMPROCEDÊNCIA DO TERMO DE EXCLUSÃO. 1. Deve ser mantida no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional a empresa que comprove que na composição do seu quadro societário não consta sócio ou titular que se enquadre nas disposições do art. 3º, §4º, III, IV e V, da Lei Complementar n. 123/2006 c.c art. 15, IV, V e VI da Resolução CGSN n. 140/2018. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 11/07/2022.

ACÓRDÃO N.8497 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15785 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072011510000037-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. NÃO ESCRITURAÇÃO DE LIVROS FISCAIS. INSUFICIÊNCIA DE PROVA. 1. A prova é elemento imprescindível para a constituição do crédito tributário. 2. A ausência da devida dilação probatória atenta contra a própria materialidade da infração e repercute na existência do crédito tributário lançado. 3. Deve ser reconhecida a improcedência do AINF quando da sua lavratura não se reconhece a materialidade da infração, não havendo a devida comprovação da ocorrência do fato imputado. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 11/07/2022.

ACÓRDÃO N.8496 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18825 – VOLUNTÁRIO – PROC. N. 082020510000006-3. CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: 1. ICMS. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO INDEVIDO. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO. NULIDADE DA AUTUAÇÃO. A competência do Auditor Fiscal para a lavratura do Auto de Infração é determinada pela Lei, não podendo ser esta limitada por ato infralegal. 2. Vicia o lançamento, atacando o devido processo legal administrativo, a ausência de emissão de prorrogação da ação fiscal dentro do prazo estabelecido por instrução normativa. 3. Ofende o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade a ausência de emissão de prorrogação da ação fiscal no prazo determinado em instrução normativa. 4. Recurso conhecido e provido para reconhecer a nulidade da autuação. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. Votos contrários: Conselheiros Bernardo Lobo e Nelson Nasser, que entenderam pelo conhecimento e provimento para reconhecer a improcedência da autuação. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/07/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 06/07/2022.

ACÓRDÃO N. 8495 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18824 – DE OFÍCIO – AINF Nº 082020510000006-3. CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO INDEVIDO. PERDA DE OBJETO. NULIDADE DO AINF DETERMINADA. 1. Considera-se prejudicada a